

A “INDÚSTRIA” DO ANTICOMUNISMO

Rodrigo Patto Sá Motta

RESUMO

A proposta do artigo é analisar uma das manifestações mais interessantes do fenômeno anticomunista, a “indústria do anticomunismo”. A “industrialização” referida diz respeito à manipulação oportunista do medo ao comunismo presente em amplos setores da sociedade, notadamente entre os mais conservadores, um “negócio” cuja exploração podia render dividendos políticos, eleitorais e até pecuniários.

ABSTRACT

The aim of the article is to analyse the “anticommunism industry”, a quite interesting manifestation of the anticommunist phenomenon. The “industrialization” in focus is related to the fear that communism arose among the conservative sections of society; such fear was manipulated by opportunist agents and gave birth to a “business” that could bring many profits: political, electoral and even pecuniary.

O artigo é versão de um dos capítulos da tese de doutorado do autor (Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil, 1917-64), defendida em outubro de 2000 junto ao programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo. A tese empreende uma análise do fenômeno anticomunista no Brasil entre 1917 e 1964, mas com ênfase para os períodos de 1935 a 1937 e 1961 a 1964, as duas conjunturas em que o anticomunismo se manifestou de forma mais intensa no país, tendo contribuído para a eclosão dos golpes autoritários de 1937 e 1964.

A tese enfoca o anticomunismo em duas dimensões, entendidas como facetas cuja interação complexa confere significado ao fenômeno: de um lado ações - movimentos, organizações e campanhas - e de outro representações - imaginário, iconografia e ideário. A discussão que segue, dedicada à “indústria” do anticomunismo, faz parte do esforço

Rodrigo Patto Sá Motta é professor no Departamento de História da UFMG.

para compreender as ações e práticas anticomunistas no Brasil, notadamente em seu viés oportunista e manipulador.

* * *

A expressão “indústria do anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Normalmente, tal operação implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar um medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens.

O fenômeno era tão notório que até na grande imprensa surgiram ocasionais denúncias contra os exploradores do “fantasma comunista”. Em 1962, por exemplo, o *Jornal do Brasil* abordou o tema num editorial de título “Fantasmas rendosos”. Analisando a mobilização anticomunista ocorrida durante as eleições daquele ano, o editorialista comentou que o flagrante exagero da campanha acabou por desmoralizar os responsáveis. De acordo com o texto jornalístico, o desempenho eleitoral dos comunistas foi “(...) tão pífio que os industriais do anticomunismo acabaram por se dominar, agora, de um pânico real: a impossibilidade de continuarem a se nutrir do combate a um espantalho que se desmoralizou e os desmoralizou”¹. As críticas à “industrialização” referida se davam de forma tão freqüente, que alguns líderes anticomunistas sentiam necessidade de afirmar a sinceridade de seus compromissos. Falando num encontro da TFP paulista, o Cel. Erasmo Dias, candidato a deputado nas eleições de 1978, disse o seguinte: “Nunca fui industrial do anticomunismo. Sou anticomunista por convicção, por fé, por formação, por ideologia e ... inclusive por já ter pago na carne o preço de ser anticomunista”².

A manipulação oportunista do medo ao comunismo assumiu características diferentes ao longo do tempo e se prestou a objetivos diversos. Vários agentes sociais exploraram o anticomunismo: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja. É interessante observar, os dividendos hauridos da indústria anticomunista variavam de natureza. Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos, por exemplo, ou apoio popular a medidas de

governo; num sentido genérico, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocavam como campeãs na luta contra os “vermelhos”, como no caso da Igreja; e às vezes havia até ganhos pecuniários, quando alguns grupos extorquiam dinheiro dos segmentos sociais abastados a título de combaterem os comunistas.

E isto para não mencionar o aspecto mais óbvio, as manobras empreendidas visando combater o próprio comunismo. As representações propositalmente deformadas do comunismo e dos perigos a ele relacionados foram executadas, em grande medida, para dificultar, pelo opróbrio, o proselitismo dos ideais revolucionários. Certa feita, abordando os acontecimentos da “Intentona Comunista”, o editorialista de *O Estado de São Paulo* afirmou:

(...) ainda se não apagou do espirito da nossa gente o horror da-quella tragedia. E é bom que se não apague jamais. Esse horror precisa ser cultivado no coração dos brasileiros com o maior carinho³.

A forma mais conhecida e, certamente, mais importante da “indústria” foi a utilização do anticomunismo para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional. A alegação era que as instituições liberal-democráticas não forneceriam os meios adequados para conjurar os riscos de subversão revolucionária, tornando urgente, portanto, a adoção de medidas extraordinárias. Com algumas adaptações e modificações, este roteiro básico foi encenado no Brasil duas vezes, em 1937 e 1964, para não falar de ensaios menores, que não chegaram ao palco principal da política brasileira. Em 1964, apresentou-se um argumento adicional à tradicional crítica sobre a suposta fraqueza das instituições para combater o comunismo: a fragilidade da democracia não estaria apenas na incapacidade de prover a repressão necessária, mas na facilidade com que permitia a infiltração comunista no aparelho do Estado⁴.

* * *

A prática de macular a imagem de adversários, atribuindo-lhes o rótulo de comunista, foi uma das manifestações mais comuns da industrialização do anticomunismo. Ocorrências deste tipo foram freqüentes notadamente após 1935, em meio à onda anticomunista que se seguiu ao levante revolucionário. Como notou um observador contemporâneo: “O título de comunista (...) hoje é um signal de ignominia e até mesmo uma arma com que o inescrupulo dos homens tenta tisonar a dignida-

de dos que odeiam”⁵. Inúmeros homens públicos foram acusados de envolvimento com o Partido Comunista por desafetos que, numa época de caça às “bruxas”, pretendiam jogá-los às “feras”.

Para nos ater ao mesmo período histórico, após 1935 vários políticos de projeção receberam ataques do gênero, denunciados como comunistas. Líderes da oposição foram os mais visados (“O ex-deputado comunista Café Filho autorizado a regressar ao Brasil?”⁶), mas não escaparam nem governadores de Estado, como o pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, que chegou a ser denunciado ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN)⁷, nem Ministros do próprio governo, como Agamenon Magalhães, que foi acossado por um parlamentar caçador de comunistas⁸. Na campanha presidencial de 1937, mobilização em torno de um pleito que jamais aconteceria, ocorreu um fato risível. Os dois principais candidatos, José Américo e Armando de Salles, se acusaram mutuamente de comunistas, no afã de livrar-se de qualquer suspeita de ligação com a “doutrina maldita”.

Também podemos enquadrar neste gênero de manipulação a prática de utilizar o rótulo comunista com “liberalidade”, aplicando-o a todos indivíduos com inclinações esquerdistas. Durante décadas esta manobra foi comum no Brasil, a tática de nomear como comunistas os anarquistas, os socialistas moderados, os trabalhistas, os nacionalistas radicais, os populistas de esquerda, a esquerda católica e, em determinadas conjunturas, até mesmo os liberais avançados. A aplicação indiscriminada da expressão comunista aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais freqüente pelos anticomunistas conservadores e reacionários, tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social. Denunciando à sociedade como comunistas embuçados a todos os esquerdistas, alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras. Amedrontada em função das sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo, parte da população tendia a encarar com reserva o discurso “progressista”.

Além disso, a tática era útil para os que almejavam criar condições favoráveis à efetivação de intervenções autoritárias na vida política nacional. Para atingir este propósito era interessante criar um ambiente de polarização política, uma impressão de conflito grave e decisivo opondo comunistas a anticomunistas. Evidentemente, a fim de tornar convincente tal construção era imprescindível que os “comunistas” fossem numerosos, de modo a que a sociedade aceitasse como necessário o golpe nas instituições liberal-democráticas.

Não se pode descartar, porém, a possibilidade de que alguns setores anticomunistas acreditassem realmente no suposto vínculo da esquerda moderada com o comunismo. Quanto mais radicais as posições conservadoras e reacionárias, tanto maior a tendência a execrar qualquer mudança como “coisa de comunista”. E o fato de comunistas e progressistas possuírem determinados valores em comum, por exemplo, entusiasmo pelas propostas nacionalistas e insatisfação com respeito ao predomínio tradicional da Igreja, tornava mais fácil o estabelecimento de uma percepção que fundia num só corpo identidades essencialmente distintas.

Mas, a motivação para rotular um desafeto de comunista não precisava ser necessariamente política. Houve muitos casos em que cidadãos “se tornaram” comunistas devido a querelas de natureza pessoal. Em 1958, o DOPS carioca resolveu depurar os arquivos sobre o PCB, que acumulara desde 1922 fichas referentes a 800.000 comunistas (!). A revisão visava fazer uma triagem para separar os comunistas verdadeiros das pessoas fichadas por falso testemunho. Esperava-se limpar os nomes dos que constavam como comunistas devido a vinganças pessoais e chantagem, registros que aparentemente eram numerosos. Um dos casos que se pretendia corrigir dizia respeito a um guarda-civil, servidor público prejudicado em sua carreira (perdera promoções) por ter ficha de comunista. O homem havia sido denunciado por um policial, seu vizinho, que assim se vingara dele após terem brigado ⁹.

Há um outro exemplo interessante de utilização do rótulo comunista como mácula, envolvendo uma disputa entre órgãos da imprensa mineira dos anos 30. Havia na época um diário católico, por sinal muito dedicado ao anticomunismo, que disputava espaço com os veículos dos “Diários Associados” publicados em Belo Horizonte. Não se tratava de mera disputa comercial, pois a maior fonte do ódio devotado pela imprensa católica aos concorrentes provinha de motivações filosóficas. Os editores de *O Diário* não aceitavam o “modernismo” ao estilo Assis Chateaubriand dos adversários, sua pouca preocupação com os valores tradicionais e com os preceitos religiosos. Daí a chamarem os concorrentes de auxiliares dos comunistas foi um passo curto. Na edição de 22 de março de 1936, o jornal católico estampou uma foto de Dário de Almeida Magalhães, editor do *Estado de Minas*, com a seguinte legenda: “Director dos jornaes bolchevizantes da capital”. Poucos dias depois voltou à carga, publicando em boxê a nota: “O ‘Estado de Minas’ e o ‘Diário da Tarde’ fazem uma sorrateira propaganda bolchevista” ¹⁰.

A intenção, claro, era jogar o público leitor contra os jornais adversários, num momento em que a propaganda anticomunista estava no

auge. Curiosamente, alguns anos depois o mesmo jornal criticou a manipulação anticomunista operada pelos regimes fascistas, sem se dar conta do paradoxo de sua situação. O pecado, eles só o percebiam nas atitudes dos outros ¹¹:

Porque o comunismo, em nossa época, não tem sido tratado apenas como 'inimigo'. As vezes, o comunismo não passa de um pretexto. Um pretexto político. (...) A anterior campanha anti-comunista era um pretexto para a ascensão ao poder.

A exploração vantajosa do medo ao “perigo vermelho” também se manifestou nas estratégias adotadas por algumas instituições, que tiraram proveito da postura de combatentes anticomunistas. Um dos exemplos mais candentes é a Ação Integralista, que procurou explorar ao máximo sua condição de adversária dos marxistas. Desde o início de suas atividades, a AIB se caracterizou por enfatizar a propaganda anticomunista. Porém, após os eventos de 1935 a utilização do tema se tornou mais intensa. Tratava-se de aproveitar o estado de espírito dos setores da sociedade aterrorizados pela “Intentona”, colocando a AIB no papel de campeã na luta contra os comunistas.

Acompanhando os principais veículos da imprensa integralista notamos um fenômeno curioso e revelador. Mesmo nos momentos em que o interesse da maioria da imprensa em relação ao assunto diminuía, os jornais integralistas continuaram a dedicar-lhe largos espaços. Detenções realizadas pela polícia envolvendo meia dúzia de revolucionários eram apresentadas de forma sensacionalista, como se grandes tramas acabassem de ser descobertas (“Novo ‘complot’ comunista em S. Paulo” ¹²; “O comunismo prepara nova jornada de sangue” ¹³). Numa manobra que demonstra a preocupação em manter o tema em destaque nas manchetes, os jornais publicavam notícias “requentadas”, ou seja, que já tinham saído em edições anteriores ¹⁴.

No decorrer do ano de 1937, a campanha aumentou de tom, em decorrência da disputa pela sucessão presidencial. A AIB tentou a todo custo manter-se em evidência, fosse para concorrer às eleições com Plínio Salgado, fosse para participar com vantagem nas confabulações golpistas então em andamento. Para este efeito, era conveniente convencer a sociedade da gravidade do perigo (“Brasileiros, alerta! Tudo indica iminente golpe do comunismo” ¹⁵), mesmo que na ocasião o PCB se encontrasse inteiramente incapaz de representar ameaça. A imprensa integralista empenhou-se em pintar um quadro terrível da situação, apon-

tando que a atividade comunista aumentava e a cada momento o perigo tornava-se maior. Pois se havia um “inimigo” terrível rondando a sociedade, necessário se faria apoiar a única força capaz de derrotá-lo:

O comunismo é um mal político que só pode ser tratado com um remédio também político. O comunismo é uma mystica que só pode ser efficientemente combatido por uma outra mystica.

Estamos deante de um dilemma: ou temos ou não temos uma idéa para oppôr á idéa dissolvente dos bolchevistas. Si não temos não adeantam as grades da cadeia, pois ninguém consegue prender o pensamento.

*É por este motivo que fóra do Integralismo não há possibilidade de salvar o paiz da mystica destruidora de Moscou*¹⁶.

*Plinio Salgado é o candidato do Brasil porque é o maior inimigo, talvez o único inimigo que Moscou respeita, em nossa Pátria ameaçada*¹⁷!

Quando o governo anunciou a “descoberta” do Plano Cohen, no início de outubro de 1937, os integralistas exultaram de contentamento. Os fatos estariam lhes dando razão, já que vinham denunciando a iminência do “perigo” há meses. Evidentemente, trataram de explorar propagandisticamente a questão, principalmente em proveito da imagem do seu líder (“O Brasil deu razão a Plinio Salgado”¹⁸), que desde agosto vinha falando na existência de uma grande trama comunista em preparação¹⁹. Aqui temos um caso interessante de profecia auto-realizada, dado o envolvimento de militantes integralistas na elaboração do Plano Cohen.

Muitos anos após o fechamento da AIB, Plínio Salgado continuou se aproveitando da bandeira do anticomunismo. No contexto da redemocratização de 1945 ele fundou um novo partido, o PRP, através do qual se elegeu para o parlamento. A imagem apresentada ao eleitorado afixava uma continuidade em relação aos velhos compromissos anticomunistas (“Marcando na cedula única o nome do grande brasileiro - Presidente Nacional do PRP - você estará votando no maior líder anticomunista do Brasil”²⁰). Entretanto, neste momento a postura parecia não passar de retórica eleitoral, uma vez que o PRP se aliou sem constrangimento a candidatos apoiados pelos comunistas, como Juscelino Ku-

bitschek. Talvez seja por esta razão que Salgado não teve papel de relevo nas mobilizações anticomunistas dos anos 50 e 60.

A Igreja católica foi outra instituição a retirar benefícios da luta contra o comunismo. Não se trata, é claro, de negar a sinceridade de seu repúdio às propostas revolucionárias, elemento que de resto também não faltava ao anticomunismo da AIB. Mas há fortes indícios apontando para o caráter providencial, para utilizar linguagem religiosa, da emergência da questão comunista. O aumento do temor ao comunismo, nos anos 30, surgiu num momento em que a Igreja buscava reconquistar espaços perdidos desde o início da República. O advento republicano foi acompanhado de uma reação até certo ponto anticlerical, que implicou na redução do papel social tradicionalmente ocupado pelas instituições católicas. A mobilização anticomunista contribuiu para que tal tendência de declínio fosse revertida.

Apresentando-se como instituição capaz de neutralizar as ações do proselitismo comunista entre o povo, a Igreja credenciava-se a merecer de novo a proteção do Estado, ao mesmo tempo em que restabelecia o prestígio perdido junto a parcelas das elites sociais. Numa Carta Pastoral anticomunista publicada no início da década de 30 encontra-se uma passagem interessante, um chamado aos governantes do país. Após descrever os males e riscos associados à doutrina comunista, o Bispo fala da importância do ensino religioso como barreira à “doutrina bárbara”. E adverte: “*Videant consules*, vejam os dirigentes da Nação! A religião é a columna mais forte da ordem e da prosperidade da pátria”²¹. A utilização de tal tipo de argumento tornou-se mais comum depois da “Inten-tona”, como no exemplo que segue, excerto do pronunciamento público de um intelectual católico:

E os governos se convençam de que sem o auxilio da força espiritual da Igreja, mais dia, menos dia, a onda vermelha a todos submergirá. (...)

*Vigiemos, pois, e oremos, para que, na segunda tentativa de revolta comunista, a Igreja esteja, como esteve, erecta e forte, para oppor a barreira de sua doutrina e de sua fé, aos barbaros que vêm do Oriente*²².

Note-se a referência a uma futura segunda revolta comunista, apresentada como uma certeza, e não como possibilidade. Era importante afiançar que o perigo maléfico não passara, pois de outro modo os ser-

viços oferecidos pelas “forças do bem” não seriam tão necessários. A existência da “ameaça comunista” não servia somente para cobrar apoio do Estado, mas para atrair de volta ao seio da Igreja as ovelhas desgarradas, ou seja, para chamar à responsabilidade aqueles fiéis afastados da vivência religiosa. Afinal, diziam os propagandistas católicos, a presença de uma comunidade cristã bem estruturada e ciosa quanto à observação das práticas e valores da religião se constituía em barreira formidável ao avanço do comunismo ²³.

A utilização do anticomunismo se prestava também a reforçar outra frente de combate da Igreja, a luta contra a “imoralidade” dos novos tempos. A licenciosidade de costumes, o carnaval, o desregramento da moda, os vícios em geral, eram denunciados pelo discurso religioso como a ponta de lança do trabalho de destruição operado pelos revolucionários. Segundo essa perspectiva, combater o “relaxamento” moral era dever dos partidários da manutenção da ordem, pois estariam lutando contra o próprio comunismo ²⁴.

Pode-se dizer que a ofensiva de “recristianização” operada nos anos 30, marcada pela reintrodução do ensino religioso, aproximação entre Estado e Igreja e crescimento da influência dos valores religiosos entre as elites sociais e intelectuais, deveu parte de seu sucesso à afirmação da instituição católica no papel de guardião da ordem contra o comunismo.

Os grupos ligados ao aparato repressivo do Estado foram responsáveis pela criação de uma modalidade específica de indústria do anticomunismo. Em algumas ocasiões, policiais e militares ligados às atividades de repressão fabricavam “provas” de recrudescimento das atividades comunistas. Procuravam manter o tema em evidência na imprensa e torná-lo alvo de preocupação constante dos governantes, mesmo em momentos de baixa intensidade da atuação comunista. O objetivo almejado era valorizar seu papel no interior do aparelho de Estado e aumentar seu cacife nas disputas internas de poder, ao passo que tentavam convencer a todos da indispensabilidade da sua presença. Frequentemente, tal estratégia visava também angariar vantagens materiais para as pessoas envolvidas e/ou para suas corporações:

Houve companheiros nossos que “cobravam”, a título de segurança, favores do empresariado às suas unidades. (...) Instilavam temores de falsa instabilidade, riscos de subversão além dos reais, supostas greves. Enfim, exageravam o quadro e procuravam insinuar que as necessidades da organização militar que comandavam, desde que atendidas, aumentariam sua eficiência²⁵.

Os integralistas adotaram prática similar, só que lançando mão de um subterfúgio mais artiloso. Para facilitar a arrecadação de fundos junto a setores arredios do empresariado, eles fabricavam evidências do aumento do “perigo comunista”. O estratagema, que apresenta características típicas de extorsão, funcionava da seguinte maneira: protegidos pela escuridão da noite, militantes da AIB cobriam os muros das residências dos empresários de quem se pretendia coletar dinheiro com pichações “comunistas”. Amedrontados com o que tomavam por indícios da proximidade do “perigo vermelho”, tais vítimas ingênuas se mostravam mais receptivas aos pedidos de ajuda financeira para o partido do *sigma* ²⁶.

Em meio à documentação da polícia política paulista há registro de um curioso episódio de exploração do anticomunismo com fins pecuniários, ocorrido no início dos anos 1950. Neste caso, há a peculiaridade de que o dinheiro arrecadado em nome do combate ao comunismo não se destinava a entidades políticas, mas a forrar os bolsos de espertalhões decididos a lucrar com o medo alheio. Uma dupla de falsários, um deles se passando por Major do Exército, estaria se apresentando a empresários como agentes da Cruzada Brasileira Anticomunista. Utilizando-se de credenciais forjadas, tais indivíduos pediam contribuição financeira para a causa e depois desapareciam com o dinheiro. O golpe, um exemplar claro de extorsão, rendera Cr\$ 100.000,00 só em Belo Horizonte. A denúncia à polícia foi apresentada pelo chefe da Cruzada, Almirante Carlos Penna Botto, certamente movido pela preocupação de preservar a imagem de sua organização dos prováveis prejuízos que seriam causados se os golpistas continuassem a agir ²⁷.

Voltando ao aproveitamento político da indústria do anticomunismo, uma dimensão importante a analisar é a atuação de lideranças políticas que exploravam o tema em busca de notoriedade, popularidade e votos. Sem nenhuma dúvida, havia anticomunistas convictos, indivíduos que realmente acreditavam na existência do perigo e agiam em consonância com esta crença. Podem até ser chamados de tolos ou fanáticos, mas no seu caso não se aplica o adjetivo “manipuladores”. Seu conservadorismo era sincero. Porém, em se tratando do anticomunismo, o oportunismo político foi prática bastante corrente.

Veja-se o caso de Ademar de Barros, líder político de extração populista com atuação em São Paulo. Na primeira vez que se candidatou ao governo de seu Estado, logo após o fim da ditadura *varguista*, Barros estabeleceu aliança pública com o PCB, tendo inclusive aparecido ao lado de Luiz Carlos Prestes em comícios de campanha, fato registrado em diversas fotografias. O sucesso da aliança, consagrado pela vitória nas

urnas, levou a que fosse reeditada em outras situações. Uma destas ocasiões se deu no pleito de 1958, quando Ademar disputou novamente o governo de São Paulo com apoio dos comunistas. Desta feita, porém, o resultado foi a derrota, destruindo as expectativas de uma vitória fácil do líder populista. E o mais interessante: o anticomunismo jogou papel significativo no fiasco. Setores anticomunistas, principalmente da Igreja e da imprensa, atacaram violentamente a candidatura Ademar, denunciando seu acordo com o PCB.

É bem provável que Barros, após refletir sobre as causas da derrota, tenha chegado à conclusão que a mobilização anticomunista pesou no resultado. Tal especulação faz sentido quando observamos seu comportamento posterior. De aliado dos comunistas, Ademar se transforma em seu inimigo feroz. Possivelmente, o faro do político sentiu no ar a chegada de novos tempos, a emergência de uma conjuntura em que o caminho certo para quem almejasse o poder não seria à esquerda. O fato é que na eleição seguinte ao governo estadual, travada em 1962, vamos encontrá-lo brandindo enfaticamente a bandeira anticomunista, como se tivesse nascido enrolado nela (“Ademar de Barros promete lutar contra a comunização do Brasil”²⁸). A vitória colhida na ocasião deve tê-lo convencido do acerto da nova postura diante do comunismo.

Porém, a nova roupagem de Barros reluziu com mais intensidade na crise pré-golpe de 1964. O surgimento, em 1963-64, de poderosa onda anticomunista que arrastou parcelas expressivas da população, especialmente as sempre influentes classes médias, encontrou o político paulista no papel de lutador incansável contra os “vermelhos”. Na sua posição de Governador de São Paulo, ele participou ativamente na mobilização contra Goulart e os “comunistas”.

Logo após o golpe, ele apareceu numa reportagem da revista *Manchete* dedicada ao levante militar de 31 de março. Ademar, apresentado como um dos principais líderes da “Revolução” surge em destaque numa fotografia onde, ladeado de policiais, mostra documentos e publicações comunistas apreendidas. Em primeiro plano, sobre a mesa, um grande retrato de Stalin, para não deixar dúvidas sobre o conteúdo do material coletado pela polícia. Explicando para o repórter a motivação da “Revolução”, afirmou:

O seu caráter foi aquele da nossa campanha de 1962 (...): caráter ideológico, luta anticomunista. A grande conquista, obtida nesta primeira fase da luta, é a libertação nacional do jugo bolchevista.

(...) a bandeira brasileira continuará a ser auriverde e a cruz não será substituída pela foice e o martelo ²⁹.

O caso de Ademar de Barros foi observado mais detidamente por representar um exemplo clássico de exploração oportunista do anticomunismo. Mas houve outros políticos que se aproveitaram do tema para alcançar notoriedade e votos. Um dos mais célebres foi Fidélis Amaral Netto, que se projetou para a política através da organização do “Clube da Lanterna” ³⁰ e do lançamento do periódico direitista *Maquis*. De jornalista Amaral Netto passou a parlamentar, eleito deputado para a primeira legislatura da Assembléia da Guanabara, em 1960. Carlos Lacerda afirmou em suas memórias que Amaral viveu durante largo tempo da indústria do anticomunismo ³¹. E ele devia saber o que estava falando, pois conhecia bem Amaral Netto, de quem tinha sido mentor político. O diretor de *Maquis* deveu sua entrada na carreira parlamentar, em grande medida, à popularidade de Lacerda. Amaral foi eleito deputado sob o abrigo da candidatura vitoriosa de Lacerda ao governo da Guanabara. Além de ser beneficiado pelo crescimento do *lacerdismo*, o jornalista pôde contar com o espaço de propaganda proporcionado pela revista *Maquis*, que divulgou bastante o nome de seu diretor ³².

Alçado à condição de parlamentar, Amaral Netto não abandonou a retórica anticomunista que tinha ajudado a projetá-lo. Ao contrário, sua condição de adversário militante dos “vermelhos” se intensificou na proporção em que, no decorrer do governo Goulart, a radicalização foi se aguçando. Certamente notando a emergência de uma forte onda anticomunista, que por sinal ajudou a criar, o deputado carioca tratou de aproveitá-la. Pode-se perceber o empenho de Amaral através das manchetes de jornais simpaticizantes, que reverberaram as ações de sua campanha. Alguns exemplos: “O líder Amaral Netto promete combate sem tréguas ao comunismo” ³³; “Amaral Neto enfrenta os comunistas em Recife” ³⁴; “Comunistas agredem Amaral Neto provocando conflito na Central” ³⁵.

Observe-se que não havia espaço para dúvida ou nuance na identificação dos adversários: todos eram indistintamente comunistas. O contexto no qual surgiu o pronunciamento mencionado na primeira manchete ajuda a elucidar o caráter instrumental da bandeira anticomunista. Atuando como líder do Governador Lacerda na Assembléia Legislativa, Amaral aparentemente facilitara a eleição do deputado comunista Hércules Correia para a Mesa da Casa. A desconcertante postura gerou desagrado nos círculos anticomunistas, provocando a ira do próprio Governador. Na tentativa de apagar a má impressão, Amaral tratou de fazer

o pronunciamento referido, para afiançar que seu compromisso com o combate ao comunismo não se arrefecera.

O evento mencionado na última manchete proporcionou ao parlamentar valiosa oportunidade para se apresentar como herói anticomunista. Um comício realizado na Estação Central do Brasil terminou em briga quando os comunistas tentaram impedir o tribuno carioca de falar. A assessoria do deputado divulgou um comunicado à imprensa afirmando que ele ficara ferido na refrega com os comunistas, razão pela qual teria de se afastar por alguns dias das atividades públicas ³⁶. Agora ele podia brandir um argumento a mais em favor de sua militância, a imagem do sacrifício físico.

Por falar em comícios, Amaral Netto realizou vários entre 1962 e 1964, sempre explorando a temática anticomunista. Em algumas ocasiões, tais eventos foram convocados por jornais de grande circulação, através de notas na forma de boxê. Eis dois exemplos:

*Hoje, 20 horas, Laranjeiras
AMARAL NETTO (proibido em TV)
mesmo com chuva
na Praça Ben Gurion
- em defesa do Governador
- contra o golpe comunista ³⁷.*

*- Em resposta à provocação nazi-comunista da Central
- Pela UNIÃO contra o comunismo e seus cunhados
- Em defesa do CONGRESSO e da FAMÍLIA
- Porque é inarredável a candidatura AN-GB-65*

* * *

Comunismo combate-se na rua. Prove que somos maioria. Vá, leve a família e seus amigos. Proteste antes que seja tarde ³⁸.

Nota-se que há um detalhe importante distinguindo as duas convocações. No primeiro caso, se propõe uma mobilização em torno do Governador Lacerda contra o comunismo. Já no segundo, encontramos Amaral Netto em franca campanha para concorrer ao governo da Guanabara (AN-GB-65). Ele tenta tirar proveito do clima de agitação anticomunista contra o governo Goulart, que naquele momento estava no

auge (março de 1964), colocando-se na posição de defensor das instituições democráticas e da família. De certo, esperava que o crescente pavor ao comunismo demonstrado por segmentos expressivos da sociedade o catapultasse para o centro do cenário político, pavimentando seu caminho em direção ao poder.

Não é possível falar de Amaral Netto e omitir o papel desempenhado por Carlos Lacerda, sob cuja liderança vicejou aquele e outros tribunos anticomunistas. Abordar o caso de Lacerda numa discussão sobre a exploração política oportunista do anticomunismo é problema delicado. Sua polêmica personalidade durante muito tempo esteve envolvida pelo véu de violentas paixões políticas, não se prestando facilmente a análises equilibradas. No que toca ao anticomunismo, é tarefa difícil distinguir até que ponto manipulação e convicção prevaleceram uma sobre a outra, ou se combinaram.

A se acreditar em suas memórias, ele pertenceria ao setor “ilustrado” ou “reformador” do anticomunismo, que lutava contra os “homens de Moscou” mas não defendia idéias conservadoras. Lacerda referiu-se ironicamente aos membros da alta sociedade (“aqueles senhores do Jockey Club”³⁹), que o apoiavam por verem nele um líder talhado para derrotar os comunistas, mas, seriam incapazes de perceber seu objetivo real. Segundo Lacerda, ele lutava de fato contra os comunistas, mas não pela manutenção do *status quo*. Seu anticomunismo não seria reacionário, como muitos erroneamente acreditaram⁴⁰. Daí suas rugas com Amaral Netto, que em sua opinião se aproveitara da popularidade dele, Lacerda, para se projetar como líder. Amaral teria usado seu nome, sem consultá-lo, para lançar o “Clube da Lanterna”, uma organização “fascistóide”. Ainda segundo Lacerda, elementos deste tipo se aproximaram devido a sua liderança no campo anticomunista, mas isto não apagaria as diferenças que os separavam⁴¹.

Em que pese a complexidade da personalidade política de Lacerda, não há como negar que sua militância contra o comunismo também teve caráter instrumental. Neste sentido, as críticas feitas a Amaral Netto, acusado de industrial do anticomunismo, soam falsas, como se ele próprio não tivesse retirado dividendos políticos do mesmo negócio. Desde o início da carreira política, como deputado federal, Lacerda se destacou por desferir ataques vigorosos contra as atividades dos comunistas no Brasil. Da tribuna da Câmara dos Deputados denunciou as supostas intenções imperialistas dos soviéticos em relação ao Brasil; criticou a nomeação de militares “comunistas” para comandos importantes do Exército; atacou a proposta de reatamento de relações comerciais com

a URSS; e acusou autoridades do governo Kubitschek de facilitarem a infiltração comunista ⁴².

Mas foi a partir da campanha para o governo da Guanabara, em 1960, que ele assumiu com ênfase o papel de cruzado anticomunista. É verdade que a hostilidade da esquerda à candidatura, manifestada através de tumultos provocados em algumas atividades públicas do “corvo” (como passaram a chamá-lo os adversários), alimentou sua indisposição contra os comunistas. Mas, parece claro que os seguidores de Lacerda tiraram proveito da situação, pois trataram de apresentá-lo como o inimigo maior e alvo principal dos comunistas. Ao invés de tentar amainar as tensões eles jogaram “água na fervura”, provocando a esquerda e procurando galvanizar o apoio do eleitorado conservador.

A retórica anticomunista não arrefeceu com a vitória. Após a divulgação dos resultados, a revista *Maquis* trouxe estampada na capa a seguinte manchete: “Lacerda venceu o comunismo internacional” ⁴³. No momento da posse no novo cargo, Lacerda fez uma declaração bombástica à imprensa, num tom entre triunfalista e ameaçador: “Guanabara não tolerará nem comunismo de assassinatos nem comunismo de nacionalismo” ⁴⁴.

O estilo agressivo do Governador tornava-o ainda mais odiado pela esquerda, que o atacou sem trégua durante toda a gestão. Os setores *lacerdistas*, por seu turno, encontraram na oposição esquerdista uma conveniente justificativa para as dificuldades enfrentadas na gestão da máquina estadual. Os comunistas foram acusados de sabotar os planos do novo governo, cujo sucesso pretendiam impedir a todo custo. Eles seriam responsáveis por tentativas de derrubar o Governador (“Plano vermelho é este: tirar Lacerda do govêrno” ⁴⁵) e estariam por trás de manobras visando jogar o Poder Judiciário contra o governo (“Lacerda diz que Juiz Osni é instrumento de manobra dos comunistas” ⁴⁶).

Além disso, o “perigo vermelho” foi usado para inibir críticas à gestão financeira do Estado. Colocar em dúvida a lisura administrativa do governo Lacerda seria colaborar com os planos comunistas: “O deputado pessedista Augusto do Amaral Peixoto adverte: rejeitar as contas de Lacerda é dar o primeiro passo para pôr a Nação sob o domínio comunista”. Também se podia jogar nas costas dos “vermelhos” a responsabilidade pelos insucessos políticos do Governador. Em 1962, realizaram-se eleições para Vice-Governador da Guanabara. Lacerda, por razões óbvias, tinha muito interesse em eleger um aliado para o cargo e com este intuito lançou a candidatura de Lopo Coelho. Derrotado pelo candidato das esquerdas, Eloy Dutra, ele não hesitou em encontrar os culpados do resultado adverso: “Lacerda ao embarcar: traição e comu-

nismo derrotaram Lopo”⁴⁸. Enfim, o comunismo se prestava bem ao papel de “bode expiatório” do governo.

No plano nacional, Lacerda buscou preencher espaço político semelhante ao que ocupava no Rio de Janeiro. Ele desempenhou papel destacado na oposição ao Presidente Goulart, procurando chamar para si não só a função de principal opositor do governo federal, mas também de adversário maior da conspiração comunista supostamente em curso. Durante o período 1961/64, a estratégia de Lacerda foi galvanizar a atenção do público através da mídia, efeito que era atingido com a criação de fatos políticos e declarações bombásticas à imprensa. Acompanhando os principais jornais da época, notadamente os mais conservadores, pode-se encontrar dezenas de manchetes alusivas ao empenho anticomunista do Governador carioca. Alguns exemplos: “Lacerda: a Petrobrás foi assaltada pelos comunistas”⁴⁹; “Lacerda proíbe o Congresso pró-Cuba”⁵⁰; “Lacerda: comunistas já têm cabeça de ponte no País”⁵¹; “Lacerda em Curitiba: quer-se a desordem para se chegar a implantar o comunismo”⁵²; “Lacerda denuncia trama comunista”⁵³; “Diz Lacerda em Porto Alegre: ou salvamos o Brasil agora do avanço do comunismo ou não teremos eleições em 1965”⁵⁴.

A última manchete faz menção ao fator que, provavelmente, explica grande parte do furor anticomunista do político carioca: o pleito presidencial, previsto para 1965. A estratégia de Lacerda de ocupação da mídia, ornamentado com uma imagem de combatente destemido dos comunistas, o credenciava a atrair votos dos setores da população amedrontados pelo crescimento da presença da esquerda no cenário político. Neste campo, Lacerda disputava espaço com o Governador de São Paulo, Ademar de Barros, igualmente empenhado em explorar recursos de mídia para se mostrar ao público como lutador anticomunista. Mas, nesta disputa, o líder carioca parecia levar nítida vantagem, o que se devia, talvez, ao fato de ser mais jovem e menos desgastado que Ademar, ou quem sabe pelo fato do discurso anticomunista em sua boca parecer mais autêntico. De qualquer modo, os dois acabaram se dando mal. A onda anticomunista que ajudaram a criar terminou por se voltar contra ambos, pois o regime militar egresso da agitação antiGoulart cancelou a eleição presidencial pela qual tanto ansiavam.

Os três líderes abordados (Amaral, Barros e Lacerda) compõem apenas uma pequena amostragem do fenômeno. Dezenas de políticos brasileiros utilizaram o discurso anticomunista em suas carreiras, compondo um universo muito extenso para ser tratado em detalhe aqui. Optou-se por analisar casos e situações que pudessem fornecer um quadro

representativo do conjunto. Deve-se ter o cuidado de evitar generalizações abusivas, que implicariam em considerar a totalidade dos políticos anticomunistas meros manipuladores. A ressalva feita para Lacerda se aplica também a outros personagens: nem sempre é fácil distinguir na atuação de tais lideranças os elementos manipuladores, portanto típicos à industrialização referida, da motivação propriamente ideológica. Dizendo de outro modo, é complicado saber até que ponto estes líderes agiam por convicção ou simplesmente exploravam politicamente o anticomunismo.

Essa reflexão faz lembrar o caráter complexo da manifestação anticomunista e a cautela que se deve observar no intuito de empreender uma interpretação acurada do fenômeno. Parte da bibliografia a abordar o tema tende a reduzir o anticomunismo à sua expressão oportunista. De fato, houve mistificação do “perigo comunista”, muitas vezes apresentado de maneira exagerada e claramente manipuladora, como acabamos de demonstrar. Entretanto, parece-nos insuficiente caracterizar os anticomunistas brasileiros como sendo compostos, de um lado, por líderes oportunistas e, de outro, por uma massa de tolos ou fanáticos que se deixaram enganar pelas artimanhas dos primeiros. O comunismo não se resumia a um fantasma criado e manipulado por alguns “espertalhões” interessados em conduzir uma massa ingênua. O “perigo” tinha algo de real e, certamente, o medo a ele era concreto.

Muitas vezes, prevalece uma visão simplista sobre os anticomunistas, que tende a uniformizá-los, como se eles compusessem um só bloco. Pouca atenção tem sido prestada a suas motivações diferenciadas, que em muitos casos revelam uma repulsa convicta e coerente ao comunismo. Veja-se o caso dos católicos fiéis. É natural e compreensível que pessoas cuja formação espiritual e moral tenha sido estruturada com base no catolicismo enxergassem no comunismo um inimigo. Os comunistas de fato pretendiam destruir a Igreja e atacar seus valores essenciais, substituindo-os por uma moral comunista ou “proletária”. Embora em algumas conjunturas os PCs tenham estabelecido políticas de “mão estendida” na direção dos católicos, a realidade de perseguição aos religiosos e fiéis nos países sob governo comunista não era de molde a inspirar confiança nos seguidores da Igreja romana ⁵⁵. E o mesmo raciocínio pode ser feito para os liberais: o comunismo realmente significava o fim da propriedade privada e a implantação de ditaduras políticas.

Os diversos grupos anticomunistas entendiam ter motivos para recusar o modelo soviético, cuja eventual implantação no Brasil temiam sinceramente. O medo demonstrado nas conjunturas de mobilização an-

ticomunista, se de um lado possuía uma faceta de exploração oportunista, de outro revelava a existência de um temor efetivo. Nos momentos em que emergiu o “grande medo”, nem todos os atores anticomunistas estavam dissimulando, mesmo porque em tais quadras a influência do PC mostrava-se significativa. Por sinal, com uma certa frequência desferiam ataques contra os que desdenhavam ou ironizavam o “perigo comunista”. Para os anticomunistas militantes, tolos eram os que duvidavam do perigo: “É ingenuidade não acreditar no perigo comunista”⁵⁶.

Portanto, o temor de muitos agentes sociais ao comunismo era sincero, e não instrumental. Mas teria fundamento tal medo? Qual o “grau de periculosidade” efetivamente apresentado pelos comunistas, em outras palavras, em que medida sua atuação representou ameaça real à ordem social dominante? Tais questionamentos só podem ser analisados no cotejamento com a dinâmica histórica, observando as conjunturas específicas em que se defrontaram os atores políticos envolvidos. Será necessário analisar como surgiram as ondas anticomunistas de 1935/37 e 1961/64, a forma como as crises políticas decorrentes caminharam, ou foram encaminhadas para rumos autoritários e o papel efetivamente desempenhado pelos comunistas nos contextos referidos. A partir da observação dos processos históricos concretos será possível aquilatar melhor o modo como se relacionaram e combinaram as diferentes dimensões assumidas pela “ameaça comunista”, que teve caracteres de perigo inventado, perigo imaginado e “perigo” real.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. *Jornal do Brasil*, 14/10/62, p.6. Não obstante, menos de dois anos depois o mesmo jornal apoiou a derrubada do governo Jango, ação justificada por argumentos anticomunistas.
2. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE, *Meio século de epopéia anticomunista*. 3 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1980, p.396.
3. Grifos nossos. *O Estado de São Paulo*, 24/09/37, p.3.
4. A importância do anticomunismo para a implantação dos regimes autoritários não será analisada com a devida profundidade aqui. O tema foi abordado em dois capítulos da tese, os quais são dedicados à análise das conjunturas políticas relacionadas aos golpes de 1937 e 1964.
5. *Estado de Minas*, 3/09/36, p.2.
6. Título de matéria publicada pelo diário integralista, cuja intenção certamente era fazer pressão contra o retorno ao Brasil do político potiguar. *A Ação*, 19/04/38, p.1.

7. CAMARGO, Aspásia (org.). *O golpe silencioso*. As origens da República corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p.139.
8. O Deputado Adalberto Correia, que se tornou célebre após presidir a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, criada em janeiro de 1936 como instrumento de punição para os implicados no levante de novembro do ano anterior. *O Estado de São Paulo*, 17/01/37, p.1.
9. *Manchete*, 27/12/58, pp.88-91.
10. *O Diário*, 22/03/36, p.1 e 31/03/36, p.7, respectivamente.
11. Trata-se de um editorial (“O inimigo e o pretexto”) bastante interessante. Na verdade, o alvo a criticar era o governo Vargas. Mas, a situação política exigia o tom velado e o estratagema sutil de referir-se à realidade europeia. *O Diário*, 29/11/40, p.4.
12. *A Offensiva*, 1/02/36, p.1.
13. *Acção*, 30/09/37, p.1.
14. Por exemplo, numa ocasião publicaram matéria sobre um grupo de comunistas presos, acompanhada de fotografias, que já havia saído cerca de um mês antes. *A Offensiva*, 4/09/36, p.10.
15. *A Offensiva*, 8/06/37, p.1.
16. Grifos nossos. *Acção*, 8/10/37, p.1. O texto é de Plínio Salgado.
17. *A Offensiva*, 28/09/37, p.3. A manipulação do perigo vermelho propiciava um recurso adicional aos elementos da AIB, a possibilidade de inibir a ação dos adversários, quaisquer que fossem suas posições políticas, ameaçando-os com a pecha ‘comunista’: “Hostilizar o sigma é fazer em publico profissão de fé comunista”. *A Offensiva*, 5/06/37, p.1.
18. *A Offensiva*, 3/10/37, p.1.
19. “O documento apreendido pelo Estado Maior do Exército e referente ao plano baixado pelo Komintern para um golpe contra as instituições da República, veio mostrar à Nação que o Integralismo só tinha em vista o bem público quando alertou o país, em agosto último, pela voz de Plínio Salgado, denunciando as actividades comunistas”. *Acção*, 1/10/37, p.1. Na verdade, o Plano Cohen foi redigido pelo Capitão do Exército e militante integralista Olympio Mourão Filho.
20. Texto de propaganda eleitoral de Plínio Salgado, candidato a deputado federal em 1962. *O Estado de São Paulo*, 29/09/62, p.6.
21. BECKER, João (Dom). *O comunismo russo e a civilização cristã* (19a Carta Pastoral). Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1930, p.78. Na verdade, esta argumentação vinha sendo usada pelo Vaticano desde o século anterior, quando surgiram as primeiras manifestações tentando convencer os poderes seculares de que o enfraquecimento da Igreja, sob influxo das idéias liberais, fora um erro, pois a religião era a única capaz de derrotar o socialismo. Referindo-se aos chefes de Estado afirmou Leão XIII: “(...) quando reconhecerem que, para afastar esta peste do socialismo, a Igreja possui uma força como nunca tiveram nem as leis humanas, nem as repressões dos magistrados, nem as armas dos soldados, tratarão de restituir logo à Igreja a

- condição e liberdade tais, que possa exercer esta força tão salutar para o bem comum do toda a sociedade humana". Leão XIII, Papa. Carta Encíclica *Quod Apostolici Muneris*. (1ª edição, 1878). Petrópolis: Vozes, 1951, p.14.
22. *O Diário*, 27/02/37, p.4. Artigo de Oscar Mendes.
 23. O argumento aparece no editorial "Persistência do comunismo no Brasil", *O Diário*, 30/06/36, p.4.
 24. Ver "A campanha contra o comunismo pela Bôa Imprensa" (artigo de Oscar Mendes), *O Diário*, 15/06/37, p.4.
 25. Depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis In D'ARAUJO, Maria Celina *et alii*. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.49.
 26. TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. O fascismo brasileiro na década de 30. 2 ed. São Paulo: Difel, 1979, p. 186 (nota 45).
 27. Penna Botto enviou ofício ao Chefe de Polícia de São Paulo, pedindo providências contra os estelionatários, em 11/12/52. DEOPS/SP, Prontuário no 123665.
 28. *O Globo*, 15/10/62, p.1
 29. *Manchete*, 18/04/64, p.66. A utilização da imagem de Stálin revela o caráter artificial do cenário montado para a fotografia, pois na década de 60 o antigo líder da URSS já havia caído em desgraça e não era mais referência para o PCB.
 30. A entidade surgiu na esteira da campanha de Carlos Lacerda contra o governo Vargas, em 1954, mas logo foi fechada pela polícia. Enfatizava a luta contra o legado político de Vargas, mas também batia na tecla anticomunista (distribuíu panfletos anti-soviéticos). *Maquis*, no 14, dez./1956, pp.30 e 31.
 31. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p.59.
 32. As eleições ocorreram em outubro, mas em janeiro a revista já lançava, com estardalhaço, a candidatura Amaral Netto. *Maquis*, no 135, jan./1960. A propósito da exploração eleitoral do anticomunismo, este periódico fornece um exemplo curioso. Nas eleições de 1958, após muito empenho em atacar as candidaturas "comunistas", a revista *Maquis* comemorou, euforicamente, a derrota dos candidatos apoiados pelos seguidores de Prestes. Na edição subsequente à divulgação dos resultados, largo espaço foi dedicado a comentar o insucesso e a fragilidade eleitoral dos comunistas. Mas então, ao que parece notando o risco de estar matando a "galinha dos ovos de ouro", a revista publicou uma pequena nota em destaque, sem demonstrar qualquer embaraço em relação ao argumento paradoxal: "Prestes está liquidado como grande eleitor. Mas o perigo comunista está maior do que nunca". *Maquis*, no 71, out./1958, p.33.
 34. *O Globo*, 24/08/62, p.1.
 35. *O Globo*, 26/09/62, p.1.
 36. *Jornal do Brasil*, 29/09/62, p.3
 37. *O Globo*, 4/10/63, p.1.33 *O Globo*, 14/03/62, p.1.

38. *O Globo*, 17/03/64, p.7. Neste caso o comício se daria no Largo do Machado, também às 20 horas.
39. LACERDA, *Op.cit.* (1978), p.59. Não é uma biografia no sentido clássico, mas um depoimento coletado a partir de uma entrevista a um grupo de jornalistas.
40. “Houve muita gente que - tanto de um lado como de outro, dos dois lados - não compreendeu por que tomei uma posição decididamente anticomunista, da qual não me arrependo um minuto e que voltarei a tomar toda vez que for necessário. Muitos confundiram minha posição com o reacionarismo, enquanto que outros acharam ótimo eu ser reacionário. Acho que ambos se enganaram”. LACERDA, *Op.cit.* (1978), p.224.
41. LACERDA, *Op.cit.* (1978), pp.58 e 59. Amaral teria sido integralista, enquanto a iniciação política de Carlos Lacerda, ao contrário, se dera no próprio Partido Comunista. Por sinal, a forma como se deu o afastamento de Lacerda do PCB alimentou sua animosidade contra os comunistas. Ele teria sido expulso (1939) e em seguida caluniado publicamente pelo partido.
42. LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. Pp. 167, 169, 280 e 499. Os discursos foram proferidos entre 1957 e 1959.
43. *Maquis*, no 175, out./1960, capa.
44. *Maquis*, no 183, dez./1960, p.18
45. *Maquis*, no 238, jan./1962, capa.
46. *Jornal do Brasil*, 21/07/61, p.1.
47. *O Globo*, 12/11/63, p.1.
48. *Correio da Manhã*, 11/10/62, p.3.
49. *O Estado de São Paulo*, 12/12/62, p.5.
50. O ato do Governador proibindo a realização, na Guanabara, de um Congresso de Solidariedade a Cuba causou grande celeuma à época. Acirrou a luta da esquerda contra o “corvo”, ao mesmo tempo em que mantinha seu nome em evidência na mídia. *O Globo*, 26/03/63, p.1.
51. *O Estado de São Paulo*, 15/12/63, p.5.
52. *O Globo*, 29/04/63, p.5.
53. *O Estado de São Paulo*, 26/03/64, p.5.
54. *O Globo*, 22/07/63, p.1.
55. Tampouco a qualquer outra religião. Sobre a perseguição religiosa nos países comunistas ver GALTER, Albert. *O livro vermelho da Igreja perseguida*. Petrópolis: Vozes, 1958 e CURTISS, John S. *The Russian Church and the Soviet State*. Gloucester: Peter Smith, 1965.
56. Transcrição de discurso radiofônico de D. Jaime Câmara, Cardeal do Rio de Janeiro. *O Globo*, 15/02/64, p.1.